

Anti-fa 56

O PLANO REAL EM 1996

• Ives Gandra da Silva Martins

Começamos o ano de 1996 com mais dúvidas que certezas sobre o Plano Real. Sobre sua viabilidade. Sobre a esperança de que a morte da inflação tenha sido definitiva.

O Plano Real é a âncora cambial. Graças à defasagem entre o "câmbio do real" e o "câmbio Real", todas as matérias primas que compõem os produtos nacionais entram no Brasil a preço convidativo, auxiliando, desta forma, a manter-se baixo o custo final de qualquer bem. E os produtos acabados invadem o país, retirando mercados dos produtos nacionais.

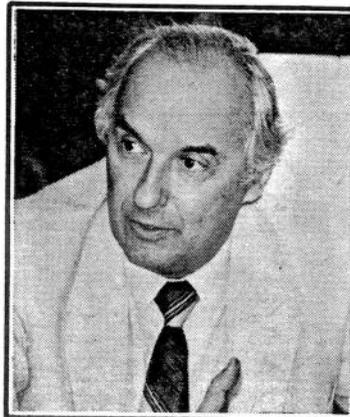
Por outro lado, o câmbio defasado (não houve inflação em dólar de 1º de julho de 1994 a janeiro de 1996 e houve inflação em real de mais de 50%) termina por reduzir o mercado externo para os exportadores, que vêm perdendo, a olhos vistos, a corrida da competitividade. Os sucessivos "déficits" da balança comercial estão a atestar que o câmbio defasado gera empregos fora do Brasil e retira em-

pregos dentro, na medida em que a indústria nacional perde condições de concorrência, tanto externa, quanto internamente, para as empresas estrangeiras.

A sucessiva redução do mercado de trabalho, por outro lado, não se deve atribuir apenas ao avanço da tecnologia redutora de oportunidades ou a uma política recessiva imposta pelo governo, ao tolher consumo, mas, fundamentalmente, à perda do mercado interno e externo pela defasagem cambial.

O plano real sendo, exclusivamente, a âncora cambial, devasta o parque empresarial nacional por uma política que se pode definir como: "Mateus, primeiro os outros".

Nesta luta para manter a inflação baixa - único sucesso do Governo Fernando Henrique, até o presente - é obrigado, o Banco Central, a manter juros elevados, objetivando segurar investimentos especulativos externos para manter altas as reservas e



para contrair o mercado consumidor interno.

É de se lembrar que, nada obstante o Governo Federal alegar que não mais precisa de juros elevados para atrair o investimento especulativo externo, a manutenção desta política é fator de atração de tal tipo de investimento, não se sabendo se o discurso governamental é mais retórico que prático. O certo é que tal política acaba por inviabilizar o desenvolvimento econômico interno, já premido pelo "protecionismo às avessas", praticado pelo Presidente da República.

Ao câmbio defasado e à política de juros elevados,

acresce-se a tributação extorsiva (31% do PIB ou quase 60% do Produto Privado Bruto), que onera o produtor nacional e desonera o produtor estrangeiro.

Com efeito, o COFINS incide "n" vezes sobre o produto de qualquer indústria sofisticada nacional e uma única vez sobre o produto similar externo, em verdadeira punição à empresa nacional, por ser nacional.

Por outro lado, acena o Governo Federal com reforma tributária que objetiva muito mais elevar a carga tributária que racionalizar o sistema, o que virá a prejudicar ainda mais o empresariado nacional e a geração de empregos dentro do país.

O "déficit" público tem aumentado e a dívida externa (160 bilhões) e interna (115 bilhões) já bate à casa inédita de 275 bilhões de dólares e se torna preocupante.

Neste quadro, estou convencido de que a reforma tributária tratá menos competitividade ao país. Já as reformas previdenciária e adminis-

trativa, apesar do texto ruim das propostas, traduzem uma boa filosofia.

O certo é que mesmo que venham a se transformar em emendas constitucionais, o efeito sobre o "déficit" público não será imediato, estando o plano real a aguardar medidas de urgência para salvá-lo.

Estou convencido de que ainda há tempo para isso, mas o tempo faz-se cada vez menor e está a exigir coragem, inclusive nas privatizações, coragem que não parece ser a maior virtude do Governo.

O Plano Real está em rota equivocada, mas ainda permite correção. Ou o Governo Federal compreende que não pode viver exclusivamente da âncora cambial e toma medidas contratórias da máquina administrativa para equacionar o seu maior problema, que é o "déficit" público, ou o Plano Real acabou.

Ives Gandra da Silva Martins, Professor Emérito das Universidades Mackenzie e Paulista e da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de S. Paulo.